



Ministério da Educação
Instituto Federal do Espírito Santo
Reitoria

CONCURSO PÚBLICO

Edital nº 01/2022
Docentes

Caderno de Provas

Direito

Instruções:

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de provas.
2. Após a autorização para o início da prova, confira-a, com a máxima atenção, observando se há algum defeito (de encadernação ou de impressão) que possa dificultar a sua compreensão.
3. A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, não podendo o candidato retirar-se com a prova antes que transcorram 2 (duas) horas do seu início.
4. A prova é composta de **40 questões objetivas**.
5. As respostas às questões objetivas deverão ser assinaladas no Cartão Resposta a ser entregue ao candidato. Lembre-se de que para cada questão objetiva há **APENAS UMA** resposta.
6. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, com caneta esferográfica (tinta azul escuro ou preta).
7. A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos. Não cabem, portanto, esclarecimentos.
8. Não é permitido o uso de aparelhos eletrônicos.
9. O candidato deverá devolver ao Fiscal o Cartão Resposta, ao término de sua prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

Teste de saliva de Covid-19 é mais rápido e seguro do que cotonetes nasais

O teste genético feito com amostra de saliva consegue identificar o vírus SARS-CoV-2 mais rapidamente do que os testes realizados com cotonetes nasais. É o que diz uma pesquisa, revisada por pares, publicada nesta segunda-feira, 21, no *Microbiology Spectrum*, jornal da Sociedade Americana de Microbiologia. “É uma descoberta muito importante porque pode evitar que as pessoas espalhem o vírus da Covid-19 antes de saberem que o tem”, disse Donald K. Milton, coautor do estudo e professor de saúde ocupacional e ambiental do Instituto de Saúde Ambiental da Universidade Maryland, nos Estados Unidos. “A detecção precoce pode reduzir a propagação da doença”, afirma. A pesquisa foi motivada justamente pela necessidade de aumentar os testes no início da pandemia, acompanhada pela escassez de swabs nasais, até então o método padrão de coleta de amostras para testes.

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/teste-de-saliva-de-covid-19-e-mais-rapido-e-seguro-do-que-cotonetes-nasais/>. Acesso em: 24 mar. 2022

01. A função da linguagem predominante no texto é

- a) emotiva.
- b) apelativa.
- c) referencial.
- d) fática.
- e) metalinguística.

02. Assinale a alternativa em que a mudança da pontuação do trecho não desrespeita as regras da norma culta nem muda o sentido original.

- a) A pesquisa foi motivada, justamente, pela necessidade de aumentar os testes no início da pandemia, acompanhada pela escassez de swabs nasais, até então, o método padrão de coleta de amostras para testes.
- b) A pesquisa, foi motivada justamente, pela necessidade de aumentar os testes no início da pandemia, acompanhada pela escassez de swabs nasais até, então, o método padrão de coleta de amostras para testes.
- c) A pesquisa foi motivada justamente pela necessidade de aumentar os testes, no início da pandemia, acompanhada pela escassez, de swabs nasais, até então o método padrão de coleta de amostras para testes.
- d) A pesquisa foi motivada, justamente, pela necessidade de aumentar, os testes no início da pandemia, acompanhada pela escassez de swabs nasais, até então o método padrão de coleta de amostras para testes.
- e) A pesquisa foi motivada justamente pela necessidade de aumentar, os testes no início da pandemia, acompanhada pela escassez, de swabs nasais, até então o método padrão de coleta de amostras para testes.

03. Os períodos “É uma descoberta muito importante porque pode evitar que as pessoas espalhem o vírus da Covid-19 antes de saberem que o tem” (linhas 4 e 5) e “A detecção precoce pode reduzir a propagação da doença” (linhas 7 e 8), dentro do contexto em questão, podem ser conectadas, por

- a) pois.
- b) já que.
- c) portanto.
- d) não obstante.
- e) e.

O bem e o mal do estrangeirismo

O terror dos puristas da língua em Portugal é um youtuber nascido e criado no Engenho Novo, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro: Luccas Neto. Dono do canal infantil Luccas Toon, com 36,9 milhões de seguidores no YouTube, o carioca também é um hit entre ___ crianças portuguesas. ___ tal ponto que, em novembro do ano passado, o jornal lisboeta Diário de Notícias publicou uma matéria em tom xenofóbico, reclamando que os miúdos de lá estão cada vez mais ___ falar “brasileiro” de tanto assistir Luccas e outros influenciadores daqui.

“Dizem ‘grama’ em vez de relva, autocarro é ‘ônibus’, reбуçado é ‘bala’, riscas são ‘listras’ e leite está na ‘geladeira’ em vez de no frigorífico”, alertou o jornal. “Os educadores notam-no sobretudo depois do confinamento - ___ conta de muitas horas de exposição ___ conteúdos feitos por youtubers brasileiros.” Pais e educadores portugueses estão preocupados. Mas talvez não devessem levar o caso tão ___ sério. Afinal, mais do que o jeitinho de falar de sua antiga colônia, os lusos usam e abusam de palavras do francês e do inglês - e aí sem ___ mesma vergonha.

Disponível em: <<https://super.abril.com.br/sociedade/o-bem-e-o-mal-do-estrangeirismo/>>. Acesso em 04 abr. 2022.

04. A sequência que completa **CORRETAMENTE** os espaços do texto é:

- a) as – A – a – à – a – a – a
- b) as – À – a – a – a – à – a
- c) às – À – à – à – a – à – a
- d) as – A – a – a – a – a – a
- e) às – A – a – à – a – a – à

05. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca dos processos de referenciação presentes no texto.

- a) “o carioca” (linha 3) retoma “Luccas Neto” (linha 2).
- b) “miúdos de lá” (linha 5) retoma “crianças portuguesas” (linha 3).
- c) “o jornal” (linha 8) retoma “Diário de Notícias” (linha 4).
- d) “-no” (linha 8) retoma “um youtuber nascido e criado no Engenho Novo” (linha 1).
- e) “sua antiga colônia” (linha 11) faz referência a um elemento ausente no texto, mas que pode ser retomado a partir do conhecimento enciclopédico de quem lê.

LEGISLAÇÃO

06. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, de decreto ou de portaria.
- b) É livre a manifestação do pensamento, de forma que fica garantido o anonimato daquele que expressar suas ideias.
- c) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- d) A educação, direito de todos e dever exclusivo do Estado, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- e) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecem ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não se aplicando essas disposições às instituições de pesquisa científica e tecnológica, como é o caso dos Institutos Federais.

07. Considerando a Lei 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito, sendo que a sua não quitação, no prazo previsto, implicará sua inscrição em dívida ativa.
- b) Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.
- c) O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.
- d) Ao servidor é permitido atribuir, com parcimônia, a pessoa estranha à repartição, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
- e) Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.

08. A Lei nº 9.394/1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. De acordo com essa lei, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Ademais, poderá se organizar em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.
- b) A educação profissional técnica de nível médio, a critério de cada instituição de ensino, poderá observar os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.
- c) Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior.
- d) A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio ou de forma subsequente, esta em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.
- e) A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

09. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, e suas atualizações), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Pode o servidor, por liberdade de consciência, deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.
- b) É vedado ao servidor público, em função de seu espírito de solidariedade, ser conivente com erro ou infração ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal ou ao Código de Ética de sua profissão.
- c) A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- d) É vedado ao servidor público retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
- e) É vedado ao servidor público permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores.

10. Tendo como referência a Lei nº 11.892/2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.
- b) O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.
- c) A administração dos Institutos Federais tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes, o Conselho Superior e o Diretório Central dos Estudantes.
- d) A todos os cidadãos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- e) Um dos objetivos dos Institutos Federais é desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Quanto às dimensões dos direitos fundamentais, analise as afirmativas.

- I. O constituinte reservou o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 para reunir todos os direitos e deveres individuais e coletivos do texto constitucional.
- II. A Revolução Industrial inspirou, mormente a partir do século XIX, a evidenciação dos direitos de igualdade substancial, não meramente formal, tais como os direitos culturais, econômicos e sociais.
- III. Os direitos fundamentais de terceira dimensão são os concernentes à proteção do gênero humano, com altíssimo teor de humanismo e universalidade e surgem a partir do preservacionismo ambiental e das dificuldades para proteção dos consumidores.
- IV. As liberdades individuais constituem direitos fundamentais que marcam o Estado de Direito, em uma perspectiva de absentéismo estatal.
- V. Os direitos fundamentais à democracia direta e ao pluralismo decorrem da institucionalização do Estado Social e constituem a terceira dimensão dos direitos fundamentais.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) III e V.

12. Quanto aos direitos políticos, é **CORRETO** afirmar que:

- a) O voto é direto no Brasil. Não há eleição indireta, uma vez que cabe ao cidadão eleitor votar diretamente no candidato, sem intermediários.
- b) O voto é secreto no Brasil, o que não se estende às deliberações parlamentares, que devem sempre se pautar pelo princípio da publicidade, que traduz o dogma do regime constitucional democrático, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal. Assim, nos procedimentos de votação parlamentar tem-se a deliberação ostensiva ou aberta.
- c) Em se tratando de perda dos direitos políticos em virtude de aquisição de outra nacionalidade, é possível readquiri-los ou ter o ato que declarou a perda revogado.
- d) No Brasil, o constituinte originário elevou à categoria de cláusula pétrea o voto direto, secreto, universal, periódico e obrigatório.
- e) A suspensão dos direitos políticos do cidadão é autoaplicável e consequência imediata da sentença, no caso da condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, quando há privação de liberdade.

13. O poder constituinte originário é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente. Ele é autônomo, ilimitado juridicamente, incondicionado, soberano na tomada de suas decisões, um poder de fato, político, permanente.

Considerando o poder constituinte, analise as assertivas.

- I. É possível a convocação de uma assembleia nacional constituinte exclusiva e específica para a reforma política, desde que autorizada por plebiscito popular.
- II. As formas de expressão do poder constituinte originário são a outorga e a assembleia nacional constituinte, com o objetivo de criar um novo Estado.
- III. O poder constituinte originário pode ser histórico ou revolucionário, sendo a diferença entre eles o fato de que aquele é ilimitado juridicamente, no sentido de que não tem de respeitar os limites postos pelo direito anterior; incondicionado e soberano na tomada de suas decisões, porque não tem de se submeter a qualquer forma prefixada de manifestação.
- IV. Derivam do poder originário, o reformador, o decorrente e o revisor. O revisor já está exaurido e foi previsto expressamente pelo próprio texto constitucional como competência de revisão para “atualizar” e adequar a Constituição às realidades que a sociedade apontasse como necessárias, após 5 anos da promulgação, havendo previsão de limites materiais de sua atuação.
- V. A partir da atuação do constituinte originário, nos casos de normas infraconstitucionais produzidas antes da nova Constituição, incompatíveis com as novas regras, elas serão analisadas e quando inconstitucionais, revogadas.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) III e V.

14. Quanto ao regramento dos direitos individuais e coletivos previstos no texto constitucional, **NÃO** se pode afirmar que:

- a) O sigilo bancário é garantido dada a inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas. No entanto, no entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, é constitucional o compartilhamento de relatórios de inteligência financeira ou a íntegra de procedimento fiscalizatório da Receita Federal para os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem prévia autorização judicial.
- b) A previsão do direito à vida abrange o direito de não ser morto, de não ser privado da vida, o direito de continuar vivo, como também o direito de ter uma vida digna, e traz à baila controvérsias quanto à distanásia, à eutanásia, ao suicídio assistido e à ortotanásia.
- c) O direito de propriedade pode sofrer limitações administrativas, servidões e expropriações. A servidão ocorre quando forem localizadas na propriedade urbana ou rural culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo.
- d) Quanto ao direito à igualdade, o que se busca garantir no texto constitucional é não somente essa aparente igualdade formal, mas, principalmente, a igualdade material, o que justifica, por exemplo, o estabelecimento de parâmetros para a aplicação de discriminações positivas.
- e) A posição de preferência que o direito fundamental da liberdade de expressão adquire no Brasil não é absoluta, encontrando restrições voltadas ao combate do preconceito e da intolerância contra minorias estigmatizadas.

15. Em relação às regras constitucionais quanto à Administração Pública, marque a opção **CORRETA**.

- a) Os atos de improbidade administrativa importam na perda da função pública e dos direitos políticos, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- b) No âmbito da União, o servidor ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, se homem e se abrangido por regime próprio de previdência social, será aposentado aos 60 (sessenta) anos de idade.
- c) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos e experiência profissional, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- d) Os vencimentos pagos pelo Poder Executivo não vinculam os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, previsão que se justifica dado que são independentes e harmônicos entre si.
- e) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, no qual serão fixadas as metas de desempenho para o órgão ou entidade, a duração do contrato e a remuneração do pessoal.

16. O Fórum Europeu da Deficiência, por meio de carta aberta à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), alertou para a precariedade, de forma geral, da situação das pessoas com deficiência, que é “terrível” para aqueles que estão vivenciando o conflito na Ucrânia (ESTADÃO, 25/02/2022). Quanto às disposições legais no ordenamento jurídico brasileiro sobre a pessoa com deficiência, é **INCORRETO** dizer que:

- a) Considera-se pessoa com deficiência aquela que, em razão de impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, ao defrontar-se com uma ou mais barreiras, poderá ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b) Para que a pessoa seja assegurada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/15, é necessária avaliação da deficiência, que será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, e considerará, entre outros aspectos, os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.
- c) Para a efetivação de direitos e conquistas internacionalmente reconhecidos para as pessoas com deficiência, o Estado brasileiro, como signatário de tratados internacionais, tem o dever de prover, em suas práticas, soluções para o enfrentamento de barreiras tanto atitudinais como nas comunicações e nas informações.
- d) Entre as obrigações expressamente previstas na legislação brasileira vigente para os casos de empreendimentos habitacionais, públicos ou subsidiados por recursos públicos, existe a obrigatoriedade de reserva de unidades e de prioridade na aquisição de imóveis para pessoas com deficiência ou para o seu responsável, e é dever do próprio Estado adotar providências para que as pessoas com deficiência alcancem esse direito.
- e) A pessoa com deficiência, bem como seu acompanhante ou seu atendente pessoal, tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

17. No que concerne ao Estado, ao Governo e à Administração Pública, analise as afirmativas.

- I. A indisponibilidade está imbricada ao princípio da finalidade pública e significa que o interesse público não está à disposição do órgão administrativo, apenas sua guarda e realização.
- II. Os institutos do impedimento e da suspeição materializam os princípios da impessoalidade e da moralidade administrativas. Do mesmo modo que nas ações judiciais existem hipóteses de impedimento e suspeição do juiz, também no processo administrativo essas hipóteses criam presunção de parcialidade da autoridade que decidir sem declará-las.
- III. Dos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público decorre, dentre outros, o da especialidade, concernente à ideia de descentralização administrativa.
- IV. Pelo princípio da continuidade do serviço público, entende-se que, já que o Estado desempenha funções essenciais ou necessárias à coletividade, não pode parar. Nesse sentido, tem-se a impossibilidade para quem contrata com a Administração, de invocar a *exceptio non adimpleti contractus* nos contratos que tenham por objeto a execução de serviço público e a possibilidade de encampação da concessão de serviço público.
- V. É possível a manutenção de ato praticado por servidor que está em situação irregular porque não preenche os requisitos para o exercício do cargo, dados os princípios da segurança jurídica, proteção à confiança e boa-fé.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I, III e V.
- c) II, IV e V.
- d) I, II, III, IV e V.
- e) II, III, IV e V.

18. No que tange aos serviços públicos, ao poder de polícia e aos atos administrativos, **NÃO** se pode afirmar que:

- a) Quanto à classificação, os serviços públicos podem ser próprios ou impróprios; administrativos, comerciais ou industriais e sociais; congênitos ou adquiridos; exclusivos ou não exclusivos. Também podem ser classificados como *uti universi* e *uti singuli*.
- b) São consideradas formas de gestão e prestação de serviços públicos a concessão, a permissão, as parcerias público-privadas, os contratos de gestão com as organizações sociais, as franquias, os consórcios públicos e os convênios de cooperação.
- c) O fundamento do poder de polícia é o princípio da predominância do interesse público sobre o particular, que dá à Administração posição de supremacia sobre os administrados, e tem atributos de discricionariedade, autoexecutoriedade, indelegabilidade e coercibilidade. O poder de polícia administrativa reparte-se entre o Legislativo, o Judiciário e o Executivo.
- d) É um atributo do ato administrativo a tipicidade, que representa uma garantia para o administrado, pois impede que a Administração pratique atos dotados de imperatividade e executoriedade, vinculando, unilateralmente, o particular, sem que haja previsão legal.
- e) A observância das formalidades constitui requisito de validade do ato administrativo. Porém, isso não significa que a Administração esteja sujeita a formas rígidas e sacramentais. Até mesmo o silêncio pode significar forma de manifestação da vontade da Administração, quando a lei assim o prevê.

19. Quanto às entidades paraestatais e ao terceiro setor, analise as afirmativas.

- I. São entidades paraestatais todas as entidades integrantes do chamado terceiro setor que tenham vínculo com o poder público, tais como os serviços sociais autônomos (como Sesi, Sesc, Senai e outras entidades do chamado sistema S), os entes de apoio, as Organizações Sociais, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e as Organizações da Sociedade Civil.
- II. As entidades paraestatais têm alguns pontos em comum como, em regra, não desempenham serviço público delegado pelo Estado; recebem algum tipo de incentivo do Poder Público; têm vínculos jurídicos com o Poder Público e regime jurídico de direito privado.
- III. As entidades paraestatais estão a meio caminho entre o público e o privado, já que, embora sob o regime jurídico de direito privado, atendem ao interesse público. No que diz respeito à responsabilidade dos empregados de tais entidades, aplicam-se às regras de direito privado. Porém, em relação à Lei de Improbidade Administrativa, estão sujeitos às penalidades da lei, porque transitam o patrimônio público, seja por recebimento de subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício.
- IV. Os Serviços Sociais Autônomos prestam serviços públicos não exclusivos, a partir da delegação do Estado e do fomento por contribuições parafiscais de certas categorias sociais ou grupos profissionais.
- V. As Organizações Sociais, embora enquadradas, em regra, como entidades do terceiro setor, apresentam uma peculiaridade em relação às demais entidades: elas, regra geral, prestam serviço público por delegação do Poder Público.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- a) I, II e V.
- b) I e II.
- c) III, IV e V.
- d) I, II, III e IV.
- e) I, II, III, IV e V.

20. Quanto à improbidade administrativa, é **CORRETO** afirmar que:

- a) O ato, em si, não constitui crime e as sanções indicadas no artigo 37, §4º da Constituição não têm a natureza de sanção penal.
- b) O ato, quando praticado por servidor público, pode acarretar na instauração de procedimento adequado para apuração de responsabilidade, a ser instaurado a juízo da autoridade administrativa competente.
- c) No caso da apuração de responsabilidade do servidor público no âmbito da autoridade administrativa competente, as penalidades estão previstas nos Estatutos dos Servidores e alcançam a perda de bens, a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos, o pagamento de multa civil, o ressarcimento do dano e a proibição de contratação com o Poder Público ou de recebimento de benefícios.
- d) Para enquadrar-se como sujeito ativo da improbidade administrativa o servidor deve ter vínculo empregatício com a Administração.
- e) São incluídos entre os agentes públicos que estão sujeitos ao cometimento de improbidade administrativa os agentes políticos, os servidores públicos e os particulares em colaboração com o Poder Público. Os militares, embora com vínculo estatutário, por estarem fora da seção constitucional referente aos servidores públicos, respondem com base em legislação própria, que também prevê responsabilização por atos de improbidade.

21. A Lei Complementar 192, de 11 de março de 2022, alterou as regras de incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) no Brasil. A nova lei estabelece alíquota única do ICMS para todo o país e fixa que a cobrança do imposto sobre combustíveis, inclusive importados, incide apenas uma vez (AGÊNCIA SENADO, 2022).

Quanto às regras constitucionais acerca dos tributos, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Os impostos têm um regime jurídico-constitucional peculiar e a competência legislativa para instituí-los é das pessoas políticas de direito constitucional interno — União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) O imposto sobre a transmissão *causa mortis* e a doação foi deferido aos Estados e ao Distrito Federal, mas o imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, é de competência dos Municípios.
- c) O imposto sobre produtos industrializados, importados e serviços e o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, são de competência da União.
- d) É competência da União a instituição de impostos extraordinários, que podem ser suprimidos gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- e) A cobrança por tributos instituídos deve respeitar o limite normativo de que a norma instituidora seja publicada antes do início do exercício financeiro em que se pretenda cobrar a exação. Trata-se do princípio da anterioridade, que comporta algumas exceções, tais como os tributos instituídos para importação, exportação e produtos industrializados.

22. Analise as afirmativas.

- I. Pelo princípio da Uniformidade Geográfica, fica vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro.
- II. É admitida a concessão de incentivos fiscais por parte da União destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
- III. Pelo princípio da não discriminação tributária, em razão da procedência ou do destino dos bens, as pessoas tributantes estão impedidas de graduar seus tributos, levando em conta a região de origem dos bens ou o local para onde se destinem.
- IV. A competência tributária conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra é delegada quando se altera a capacidade para ser sujeito ativo; ou quando se alteram as funções de arrecadar ou fiscalizar tributos; ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.
- V. O princípio da não cumulatividade, em que o valor de tributo devido em cada operação será compensado com a quantia incidente sobre as anteriores, se aplica ao PIS e a Cofins, ao ICMS, ao ISS, ao IPI e ao IPTU.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I, III e IV.
- d) I, II, III, IV e V.
- e) II, III e V.

23. Quanto à obrigação tributária, à capacidade tributária, à responsabilidade tributária e ao crédito tributário, **NÃO** se pode afirmar que:

- a) A capacidade tributária passiva independe de a pessoa ter capacidade civil ou se achar limitada em seus direitos civis.
- b) Trata-se de responsabilidade tributária solidária a do inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio e a dos tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.
- c) Suspendem a exigibilidade do crédito tributário e das obrigações acessórias dependentes, o depósito do seu montante integral; as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo e; o parcelamento.
- d) A obrigação tributária pode ser principal ou acessória, sendo esta última aquela que tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos, podendo converter-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- e) O crédito tributário decorre da obrigação principal. Eventual circunstância que modifique o crédito tributário, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária.

24. Considerando o Código Civil, quanto às respectivas modalidades e à possibilidade de transmissão das obrigações, **NÃO** se pode dizer que:

- a) Em se tratando de obrigação de dar coisa incerta, é certo que estas precisam estar determinadas ao menos pelo gênero e pela quantidade, como também, é correto dizer que cabe ao devedor fazer a escolha do que dar, se o contrário não resultar no título da obrigação. Porém, ele não poderá dar a pior coisa e nem está obrigado a prestar a melhor.
- b) Em se tratando de obrigação de não fazer, se verificada por parte do devedor a prática de ato a cuja abstenção se tenha obrigado, o credor poderá exigir que desfaça o ato. Se o credor o desfizer às suas custas, o devedor deverá proceder ao ressarcimento por perdas e danos. Em caso de urgência, o credor poderá desfazer ou mandar desfazer, independentemente de autorização judicial, e disso decorrerá o direito ao devido ressarcimento.
- c) Na existência de mais de um devedor no caso das obrigações divisíveis, há perda da qualidade de indivisível. Se a obrigação se resolver em perdas e danos, todos os devedores respondem pela prestação, em partes iguais, mesmo em caso de culpa de um só dos devedores.
- d) Em se tratando de solidariedade ativa, cada um dos credores tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro. No caso de julgamento contrário a um dos credores solidários, os demais credores não serão atingidos, diferentemente do caso em que o julgamento for favorável, o que a todos se aproveita, sem, entretanto, prejuízo de exceção pessoal que o devedor tenha direito de invocar em relação a qualquer deles.
- e) No caso da transmissão de obrigações, o credor pode ceder seu crédito a terceiros. No entanto, caso o crédito tenha sido penhorado anteriormente à transmissão e, de nada disso tenha ciência o devedor, este fica desobrigado perante o terceiro de boa-fé, se feito pagamento ao credor primitivo.

25. Sobre os contratos em geral, considerando o ordenamento jurídico pátrio, está **ERRADA** a alternativa:

- a) Nos contratos civis e empresariais em que está afastada a presunção de não serem paritários e simétricos, as partes negociantes deverão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais e dos respectivos pressupostos para a revisão contratual, devendo, entretanto, tal revisão, dar-se de maneira excepcional e limitada.
- b) A cláusula resolutiva expressa em um contrato opera de pleno direito. Por isso é certo dizer que a parte lesada pelo inadimplemento do contrato pode pedir sua resolução se não preferir lhe exigir o cumprimento. No caso de contrato bilateral, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento do outro.
- c) Em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis e, em se tratando de contratos de execução continuada, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, poderá o devedor pedir judicialmente a resolução do contrato, produzindo a sentença, nesse caso, seus efeitos a partir da data em que se deram os acontecimentos extraordinários e imprevisíveis.
- d) Assiste ao adquirente de coisa que possua vícios ou defeitos ocultos que a tornem imprópria ao uso a que se destina, o direito de reclamar o abatimento no preço ou a enjeitar. Nesse caso, se o alienante não conhecia essa condição, deverá fazer restituição tão somente do valor recebido acrescido das despesas do contrato.
- e) Em se tratando de contrato aleatório que diga respeito a coisas ou fatos futuros, assumindo o adquirente o risco de virem a existir em quantidade diferente da esperada, terá o alienante o direito a receber todo o preço avençado, desde que de sua parte não incorra culpa pela quantidade inferior à esperada.

26. Em relação à proteção à maternidade e à adoção, indique a afirmativa **INCORRETA**.

- a) É proibida a exposição de empregadas gestantes ou lactantes às atividades insalubres em qualquer grau, com exceção das situações em que seja expressa a autorização médica, mediante atestado de saúde. É assegurada a percepção do adicional de insalubridade mesmo em caso de afastamento.
- b) A mulher empregada deve, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28º (vigésimo oitavo) dia antes do parto e a sua ocorrência.
- c) A adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães, empregado ou empregada, que será concedida mediante apresentação do competente termo judicial de guarda ao adotante ou guardião.
- d) Em caso de morte da genitora, é assegurado ao cônjuge ou companheiro empregado o gozo de licença por todo o período da licença-maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe, exceto no caso de falecimento do filho ou de seu abandono.
- e) Para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, até que complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um, a serem definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.

27. Sobre o Direito de Empresa, quanto à sociedade simples, escolha a opção **ERRADA**.

- a) São estipulações que não podem deixar de constar do contrato social, entre outras: a quota de cada sócio no capital social, o modo de realizá-la, bem como, a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas da sociedade. Quaisquer modificações do contrato social, que tenham por objeto alterar essas estipulações, produzirão efeitos apenas se tomadas pela maioria absoluta dos sócios, se do contrato não constar determinação no sentido da deliberação unânime.
- b) O sócio, cuja contribuição consista em serviços, não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela ser excluído; além de somente participar dos lucros na proporção da média do valor das quotas.
- c) O sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à sua admissão.
- d) Dissolve-se a sociedade quando ocorrer: o consenso unânime dos sócios; a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado; a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar; o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorroga por tempo indeterminado.
- e) O administrador da sociedade deverá ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios. Assim, não podem ser administradores de sociedades pessoas impedidas por lei especial; condenados à pena que vede o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, concussão, peculato; ou por crime contra a economia popular, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

28. Em relação às sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor, **NÃO** se pode afirmar que:

- a) A pena de multa, conforme a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertido o montante entre os fundos de proteção ao consumidor da União ou dos Estados ou dos Municípios.
- b) Poderão ser aplicadas pela administração as penas de apreensão, proibição de fabricação, suspensão do fornecimento e de utilização, cassação do registro e revogação da concessão ou permissão de uso, quando forem constatados vícios de serviço por inadequação ou insegurança.
- c) Nos casos em que forem aplicáveis penalidades mais graves, a pena de intervenção administrativa será adotada sempre que as circunstâncias de fato desaconselharem a cassação de licença, a interdição ou a suspensão da atividade.
- d) Em se tratando de violação de obrigação contratual, a pena administrativa a ser aplicada à concessionária de serviço público é a de cassação da concessão.
- e) Resguardado o segredo industrial, os órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, com atribuições para fiscalizar e controlar o mercado de consumo, poderão expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor.

29. Sobre o Direito de Empresa, avalie cada uma das alternativas e indique se **VERDADEIRA (V)** OU **FALSA (F)**:

- () A pessoa que possua atividade rural como sua principal profissão, bem como, quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística e, ainda, a associação que desenvolva atividade futebolística em caráter habitual e profissional poderão requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscritos, ficam equiparados, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.
- () O Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, embora o mesmo não possa exercer a administração da sociedade.
- () Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer.
- () Numa sociedade em conta de participação, o sócio participante deverá tomar parte nas relações que estabeleça o sócio ostensivo com terceiros, visando salvaguardar o direito de fiscalizar a gestão dos negócios sociais, sob pena de responder solidariamente pelas obrigações em que não intervier.
- () O credor particular de sócio pode requerer a quota do devedor na sociedade, ou na parte que lhe tocar nos lucros, caso outros bens do devedor não forem de fácil liquidação.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo.

- a) F, V, V, F, F.
- b) V, F, V, F, V.
- c) F, V, V, F, V.
- d) V, F, V, V, F.
- e) V, V, F, F, V.

30. Quanto ao teletrabalho na legislação trabalhista brasileira, analise as afirmativas.

- I. A reforma trabalhista, entre outros temas, tratou do teletrabalho como sendo uma prestação de serviços marcadamente caracterizada pela utilização das TIC's (tecnologias da informação e comunicação) e por não ser de natureza externa.
- II. A prestação de serviços na modalidade teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado.
- III. Poderá ser realizada a alteração entre regime presencial e de teletrabalho, assim como alteração do regime de teletrabalho para o presencial, mediante acordo entre empregador e empregado, desde que garantido o prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
- IV. A responsabilidade ou o reembolso de despesas arcadas pelo empregado na aquisição, manutenção e fornecimento de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessária à prestação de teletrabalho serão devidas pelo empregador, sendo necessária a prestação de contas do empregado.
- V. É dever do empregador instruir os empregados sobre precauções para evitar doenças e acidentes de trabalho. Os empregados que desrespeitarem o termo de responsabilidade assumido, quanto a tais normas, poderão responder por ato faltoso por descumprimento injustificado.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- a) I, II e V.
- b) II, III e V.
- c) IV e V.
- d) I, II e III.
- e) I, II, III, IV e V.

31. No que concerne aos princípios balizadores do Direito Ambiental, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) O princípio hermenêutico *in dubio pro natura* é um critério para solucionar antinomias, mas deve ser aplicado ao caso concreto conciliado com outros princípios de interpretação e aplicação do Direito.
- b) Embora seja uma importante diretriz normativa e hermenêutica para a resolução de conflitos ecológicos, os princípios da progressividade e da proibição de retrocesso ecológico não são de observância obrigatória pelo Brasil, pois não foram consagrados expressamente no ordenamento.
- c) Os princípios do Direito Ambiental brasileiro foram consagrados pela primeira vez na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981). Mas, também estão expressos em outras normas infraconstitucionais, tais como a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006); a Lei da Política Nacional sobre a Mudança do Clima (Lei 12.187/2009); a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) e o Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012).
- d) O princípio da Dignidade da Pessoa Humana comporta as dimensões normativas liberal, social ou comunitária e ecológica, que passam a integrar as condições materiais para o mínimo existencial ecológico.
- e) O princípio da Dignidade do Animal Não Humano e da Natureza pode ser considerado um princípio de Direito Ambiental, já que a "objetificação" da vida animal (não humana) foi expressamente vedada na Constituição Federal Cidadã.

32. Considerando o direito fundamental ao trabalho digno e as disposições gerais sobre Segurança e Medicina do Trabalho, indique a afirmativa **INCORRETA**.

- a) As empresas deverão solicitar prévia aprovação dos organismos competentes para projetos de construção e respectivas inspeções de instalações quanto às questões de segurança e medicina do trabalho. Na observância de intercorrências graves, o serviço competente da Delegacia Regional do Trabalho ou entidade sindical poderá requerer interdição ou embargo, ficando assegurados, nesse período, os salários dos empregados.
- b) É direito fundamental à dignidade da pessoa humana usufruir de meio ambiente de trabalho digno, em que o trabalhador disponha de conforto térmico natural ou artificial compatível a atividade que desempenha, bem como, vestimenta e estrutura que permita isolamento térmico e proteção contra as radiações térmicas, quando necessário.
- c) A empresa, gratuitamente, fornecerá equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, nos casos de riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados. É dos empregados a responsabilidade de higienizar tais equipamentos, com exceção dos casos em que seja necessário produto ou procedimento especial. O empregador poderá, excepcionalmente, disponibilizar para venda equipamentos de proteção individual.
- d) No que concerne ao cumprimento de normas de segurança e medicina do trabalho, o Ministério do Trabalho não autorizará celebração de convênio entre Delegacias Regionais do Trabalho, independentemente dos limites de suas jurisdições, com órgãos municipais para fiscalização ou orientação às empresas.
- e) Quanto à responsabilidade por danos a terceiros, a Consolidação das Leis do Trabalho prevê, expressamente, que responderá por desobediência, além das medidas penais cabíveis, quem, após determinada a interdição ou embargo, ordenar ou permitir o funcionamento do estabelecimento ou de um dos seus setores, a utilização de máquina ou equipamento, ou o prosseguimento de obra se, em consequência, resultarem danos a terceiros.

33. Dentre as afirmativas relativas à proteção do trabalhador, assinale a **INCORRETA**.

- a) São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica, roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial, bem como, as atividades de trabalhador em motocicleta.
- b) É de 50 kg (cinquenta quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor. Não está compreendida na proibição a remoção de material feita por impulso ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros de mão ou quaisquer outros aparelhos mecânicos, podendo o Ministério do Trabalho, em tais casos, fixar limites diversos que evitem sejam exigidos do empregado serviços superiores às suas forças.
- c) Conquanto seja fixada em 8 (oito) horas a jornada diária de trabalho do motorista profissional, assim considerado o motorista empregado de transporte rodoviário coletivo de passageiros e o de transporte rodoviário de cargas, admite-se a sua prorrogação por até 2 (duas) horas extraordinárias ou, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo, por até 4 (quatro) horas extraordinárias.
- d) Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, terão local apropriado onde lhes seja permitido guardar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período da amamentação.
- e) Após cada período de trabalho efetivo do menor, quer contínuo, quer dividido em 2 (dois) turnos, haverá um intervalo de repouso não inferior a 11(onze) horas.

34. Em relação às normas gerais de tutela do trabalho, analise as afirmativas.

- I. Os casos de contratação de profissional autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.
- II. Considera-se como temporário o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinado em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.
- III. Em se tratando de contrato de trabalho intermitente, o empregador convocará o empregado por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, observando o prazo de vinte e quatro horas de antecedência, cabendo ao empregado, recebida a convocação, o prazo de um dia útil para responder.
- IV. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade. Portanto, no caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no limite de 50% (cinquenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- V. Cabe ao empregador definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada.

Quantas afirmativas estão **CORRETAS**?

- a) Apenas uma.
- b) Apenas duas.
- c) Apenas três.
- d) Apenas quatro.
- e) As cinco alternativas.

35. Analise as afirmativas relativas à proteção do consumidor, previstas no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

- I. São circunstâncias agravantes de crimes tipificados no CDC os cometidos por servidor público, ou por pessoa cuja condição econômico-social seja, manifestamente, superior à da vítima; em detrimento de rurícola, de menor de dezoito ou maior de sessenta anos, ou de pessoas com deficiência mental, interdadas ou não, ou serem praticados em operações que envolvam alimentos.
- II. O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais a adoção de novas técnicas.
- III. É abusiva qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.
- IV. Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.

- V. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 60 (sessenta) dias, tratando-se de fornecimento de serviços, a partir do término de sua execução.

Quantas afirmativas estão **CORRETAS**?

- a) Somente uma.
- b) Somente duas.
- c) Somente três.
- d) Somente quatro.
- e) As cinco alternativas.

36. Analise as afirmativas sobre a legislação consumerista brasileira.

- I. É competente para a causa consumerista a justiça local: no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local; no foro da Capital do Estado ou do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente, ressalvada a competência da Justiça Federal.
- II. Em se tratando de defesa de interesses individuais homogêneos, são legitimados, concorrentemente, o Ministério Público e as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, destinados à defesa dos interesses do consumidor, desde que com personalidade jurídica, para propor Mandado de Segurança Coletivo em vista dos danos individualmente sofridos pelas vítimas ou seus sucessores.
- III. Em se tratando da defesa de interesses ou direitos coletivos, a sentença fará coisa julgada ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas.
- IV. A requerimento dos credores de consumidor superendividado pessoa natural, o juiz deverá instaurar processo de repactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória. No entanto, deverá mandar citar todos os credores de dívidas para que o consumidor apresente proposta de plano de pagamento, preservados o mínimo existencial, as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas.
- V. Dada a liberdade econômica e a livre iniciativa, os legitimados à proteção do consumidor não poderão exigir que o Poder Público proíba a produção, a divulgação, a distribuição ou a venda de produto, cujo uso ou consumo regular se revele nocivo ou perigoso à saúde pública e à incolumidade pessoal.

Quantas afirmativas estão **INCORRETAS**?

- a) Somente uma.
- b) Somente duas.
- c) Somente três.
- d) Somente quatro.
- e) As cinco alternativas.

37. Analise as afirmações no que concerne ao Código Consumerista, ou Código de Defesa do Consumidor (CDC).

- I. As sociedades consorciadas e as sociedades coligadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do CDC.
- II. O fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.
- III. O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando, de forma separada, o valor da mão de obra e dos materiais e equipamentos a serem empregados. O orçamento terá validade de até trinta dias, contados da data de envio ao consumidor.
- IV. Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.
- V. Considerando que contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo, a inserção de cláusula desfigura a natureza de adesão do contrato.

Estão **INCORRETAS** apenas as afirmativas:

- a) II, IV e V.
- b) I, III e IV.
- c) I, III e V.
- d) II, III e V.
- e) I, II, III, IV e V.

38. A Lei 6.938/81, após 40 (quarenta) anos de vigência, cumpre até hoje o papel de Código Ambiental Brasileiro, alinhando-se, na época da sua edição, às inovações legislativas antecedentes e emergentes verificadas em outros países e no cenário internacional (SARLET e FENSTERSEIFER, 2021).

Quanto à Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), analise as afirmativas.

- I. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) foi inovação trazida pela PNMA, em 1981, e repercute na estrutura administrativo-organizacional, antes inexistente, do Poder Executivo em todos os entes federativos, no tocante à tutela e promoção do meio ambiente.
- II. A partir da PNMA foram estabelecidos instrumentos como a licença ambiental e o estudo de impacto ambiental para atividades, efetivas ou potencialmente poluidoras, para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.
- III. A PNMA traz a previsão expressa da responsabilidade do poluidor direto, mas a doutrina e a jurisprudência alcançam também a responsabilidade do poluidor indireto na ocorrência do dano ambiental. Inclusive, a responsabilização alcança todos os agentes públicos e privados.
- IV. Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes (ICMBio), criado pela Lei 11.516/2007, cabe, entre outras competências previstas, o exercício do poder de polícia ambiental nas Unidades de Conservação da Natureza, em que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não atua.

- V. O Conselho de Governo é o órgão superior do Sisnama e tem a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais. O Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) é órgão deliberativo e consultivo do Sisnama e constitui importante instância de participação social e de cooperação entre Governo e sociedade, propiciando o debate de temas ambientais relevantes.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I, II, e V.
- c) II, III e IV.
- d) I, III e V.
- e) II, III, IV e V.

39. O Licenciamento Ambiental é um “procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental”. É **INCORRETO** afirmar que:

- a) A competência do Estado é residual, o que configura a competência mais abrangente entre todos os entes federativos para a realização do licenciamento ambiental.
- b) O critério do ente federativo instituidor da unidade de conservação não será aplicado às Áreas de Proteção Ambiental (APAs) para fins de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores, ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, e para autorização de supressão e manejo de vegetação.
- c) O decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, instaura a competência supletiva nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental.
- d) Aplica-se ao licenciamento ambiental a previsão expressa na Lei da Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019), quanto ao transcurso do prazo atribuído à omissão do órgão administrativo ambiental licenciador. Nesse sentido, é possível a emissão de licença ambiental tácita.
- e) O modelo brasileiro de licenciamento ambiental, previsto na Resolução 237/97 do Conama é o “trifásico”. As medidas de controle e as condicionantes estão estabelecidas tanto na Licença Prévia (LP), quanto na Licença de Instalação (LI) e na Licença de Operação (LO).

40. Quanto ao dano ecológico e à responsabilidade ambiental, analise as afirmativas.

- I. É possível a responsabilização do agente público por improbidade administrativa ambiental, no caso de dano ecológico. Tal responsabilidade civil em matéria ambiental foi consagrada de forma expressa - responsabilidade pós-consumo - pela Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10).
- II. O ordenamento jurídico brasileiro adota como prioridade a reparação *in natura* e integral do dano ambiental, em detrimento da reparação por perdas e danos.
- III. A responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prevista na Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), se estende ao consumidor, que precisa assegurar a destinação final adequada em termos ecológicos após o consumo de produtos.
- IV. A responsabilidade civil do Estado em matéria ambiental é solidária com os demais agentes (privados e públicos) que concorrem para o resultado do dano ecológico. No entanto, eventual execução de condenação civil do Estado por dano ecológico, solidariamente com agentes privados, deve se dar de forma subsidiária.
- V. Embora o bem ambiental seja difuso, é possível que um dano ambiental repercuta na esfera individual ou reflexa e que impacte no âmbito dos direitos individuais, o que não afasta a responsabilização do poluidor independentemente da verificação de culpa.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- a) II, IV e V.
- b) I, II e IV.
- c) II, III e IV.
- d) III e V.
- e) I, II, III, IV e V.



Ministério da Educação
Instituto Federal do Espírito Santo
Reitoria

CONCURSO PÚBLICO

Folha de Resposta (Rascunho)

Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
01		11		21		31	
02		12		22		32	
03		13		23		33	
04		14		24		34	
05		15		25		35	
06		16		26		36	
07		17		27		37	
08		18		28		38	
09		19		29		39	
10		20		30		40	